

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ¹

Luci Suzana Bedin Amorim²
Jefferson Andronio Ramundo Staduto³

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a organização da produção da agroindústria rural familiar como estratégia de desenvolvimento rural. A agroindustrialização de alimentos se apresenta como uma alternativa para as famílias pluriativas por meio do aumento da renda familiar na região oeste do Paraná. A complexidade da problemática rural fez avançar a discussão das estratégias convencionais do desenvolvimento rural, - as quais não diminuíram a pobreza no meio rural - para o enfoque territorial do desenvolvimento rural. Utilizou-se neste trabalho, a perspectiva teórica das redes para a análise do desenvolvimento rural. Os resultados mostram que as redes horizontais no oeste do Paraná são ainda incipientes, mas essas têm tido adesão de produtores rurais, que apresentaram bons resultados no desenvolvimento de suas atividades e potencial de crescimento.

Palavras-chave: agroindústria familiar rural, desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial rural, redes horizontais de desenvolvimento, agricultura familiar.

RURAL DEVELOPMENT: THE FAMILY AGRO-INDUSTRY IN WESTERN PARANA STATE, BRAZIL

ABSTRACT: The study has as objective to analyze the organization of family agro-industry production as a rural development strategy. The agro-industry of foods can be an alternative source of income for the pluri-active households in Western Parana state. Since conventional development strategies have not helped decrease poverty in the rural areas, a territorial approach is being embraced. This paper used the theoretical perspective of networks to analyze rural development. Results show that although horizontal networks in this area are still incipient, household farms have been adhering to it, already presenting improvements in their activities and in their growth potential.

Key-words: rural household agro-industry, rural development, rural territorial development, horizontal nets development, household farm, Brazil, western Parana.

JEL Classification: Q12; Q13; Q16

¹Este artigo é parte da dissertação de mestrado da primeira autora Luci Suzana Bedin Amorim e orientado pelo segundo autor. Registrado no CCTC, REA-11/2007.

²Economista, Mestre (e-mail: lucibedin@hotmail.com).

³Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador do CNPq, Professor do Curso de Ciências Economias e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do oeste do Paraná/Campus de Toledo (e-mail: staduto@unioeste.br).

1 - INTRODUÇÃO

O processo de transformação da base técnica no Brasil, proporcionado pela transferência tecnológica advinda da Revolução Verde, gerou novas formas de organização da produção que são os chamados complexos agroindustriais. Esse processo intensificou-se a partir da década de 1970 e prolongou-se apoiado nas políticas públicas em vigor até final da década de 1980.

As grandes cooperativas e as agroindústrias convencionais operam, a partir dos anos 1970, em redes verticais de produção integrada, nas quais houve participação direta da pequena produção. No início dos anos 1990, devido à abertura comercial, ampliou-se a internacionalização do mercado dos produtos agropecuários. Essa nova conjuntura agravou a exclusão de um contingente de produtores familiares. Deste modo, um número expressivo de agricultores teve que procurar novos caminhos, desenvolvendo estratégias para terem acesso a atividades estáveis e rentáveis.

Segundo estudos de Hoffmann (2000) e Veiga (2000), o meio rural brasileiro, está representado por uns dos principais índices de pobreza que se mantém nas últimas décadas, e a idéia de pobreza relaciona-se diretamente às condições de vida inadequadas em consequência de baixos rendimentos.

A complexidade da problemática rural e seu processo de transformação continuam em debate (a pobreza e a exclusão dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais), visto que as políticas públicas e as estratégias convencionais do desenvolvimento rural que privilegiou a produção verticalizada, não produziram os resultados esperados, sob o ponto de vista de distribuição e elevação da renda das famílias que estavam nas ocupações agrícolas.

Dessa nova dinâmica organiza-se no campo um conjunto de atividades não-agrícolas, proporcionando a expansão de novas formas de ocupação e emprego para as famílias rurais. A pluriatividade⁴ se

apresenta como um caminho de inserção socioeconômica e garantiu a reprodução da unidade familiar no meio rural (SACCO DOS ANJOS, 2001). A agricultura familiar, nos anos de 1990, se transforma em agente principal de processos de agroindustrialização (de alimentos) de pequeno porte.

Nesse quadro em que o meio rural brasileiro se encontra, este trabalho tem como objetivo analisar a organização da produção da agroindústria familiar como estratégia de desenvolvimento rural da agricultura familiar. Para isso, são pesquisadas 40 unidades familiares rurais dos municípios localizados na região oeste do Paraná, na área de abrangência do Instituto Emater Regional de Cascavel. Esses produtores produzem e processam seus produtos enquadrados nas exigências da vigilância sanitária sendo que o primeiro destino da produção são os centros de comercialização administrados pela associação dos produtores familiares de cada município. A pesquisa foi analisada pela ótica do referencial teórico sobre redes de desenvolvimento rural territorial, uma vez que os agricultores familiares da abrangência do estudo estão conectados a redes horizontais e, em muitos casos, também, a redes verticais de produção.

2 - REVISÃO TEÓRICA

2.1 - Abordagens do Desenvolvimento Rural

Segundo Ellis e Biggs (2005), as idéias correntes sobre o desenvolvimento rural classificam a década de 1960, como à da modernização; a década de 1970, como à da intervenção do Estado; a década de 1980, relacionada à liberalização do mercado; e a década de 1990, como à da participação e empoderamento. No entanto, os autores alertam que essa classificação incorre numa análise superficial, pois essa segmentação temporal e seus efeitos práticos não têm seguido uma transição dessa maneira. A interpretação acerca do desenvolvimento rural é

⁴Para Fuller (1990), o termo pluriatividade refere-se à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola, como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não-agrícolas realizadas na pro-

priedade, como o turismo rural e as atividades fora da propriedade, referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Ver sobre o tema no Brasil em Graziano da Silva (1999).

complexa, uma vez que as idéias que aparecem, principalmente em uma década, freqüentemente, começam a ganhar força na década seguinte e começam a surtir efeitos sobre a prática do desenvolvimento rural de uma forma ampliada, 10 a 15 anos depois de formuladas.

Nesse sentido, a visão de que a maior parte dos chamados agricultores “tradicionais” ou de “subsistência” nos países com baixa renda, poderiam formar a base dos processos econômicos conduzidos pela agricultura, foi uma ruptura significativa em relação aos conhecimentos dos anos de 1950, que eram idéias que haviam sido incorporadas nas teorias sobre o dualismo econômico do desenvolvimento de Lewis (1954) e de Fei e Ranis (1964). Para esta corrente teórica, o setor relacionado à economia de subsistência possuía perspectivas insignificantes para o crescimento da produtividade e para o crescimento em si, desempenhando um papel passivo no processo de desenvolvimento econômico, fornecendo recursos ao setor moderno da economia, até que este, mais cedo ou mais tarde, ocupasse o seu lugar. O setor moderno era visto como detentor da agricultura “moderna” com produção em grande escala, além da indústria de manufatura.

Essa primeira “ruptura paradigmática” no campo teórico do desenvolvimento rural, segundo Ellis e Biggs (2005), ocorreu em meados dos anos de 1960, período em que a pequena propriedade foi considerada o motor do crescimento e do desenvolvimento em geral. Furtado (1972, p. 106) aprofundou essa idéia “...pois praticamente por toda parte as sociedades mais complexas se formaram a partir de comunidades rurais, que preexistem à penetração e generalização do trabalho assalariado.”

Porém, as mudanças não se realizaram numa direção intelectual, porque não houve uma renúncia imediata das idéias que estavam sendo substituídas. Havia um verdadeiro abismo entre a idéia anterior de que a agricultura em grande escala, com a utilização da tecnologia mecanizada, era mais eficiente que o “setor campesino” nos anos de 1970.

A segunda “ruptura paradigmática” aconteceu em função das mudanças ocorridas no fim dos

anos 1980, e início dos anos 1990, com o reconhecimento, de um lado, dos problemas criados pela agricultura intensiva e, de outro, com a multifuncionalidade do espaço rural, ou seja, sua função produtiva, o importante papel no equilíbrio ambiental, suporte às atividades de recreação e à preservação⁵.

Corroborando com essa idéia, diversos autores nos anos recentes passaram a preconizar a necessidade de repensar as abordagens analíticas e os enfoques utilizados como referências teóricas na definição do desenvolvimento rural. A retomada deste debate, segundo Schneider (2003), tem como fatores centrais: a erradicação da pobreza do meio rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação principal com a sustentabilidade ambiental.

Para países em desenvolvimento, Ellis (2001) propõe uma abordagem de desenvolvimento rural que privilegia as estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida rurais. O autor demonstra que as iniciativas e ações que de fato melhoram as condições de vida das populações rurais, permitindo a reprodução social, econômica e cultural comumente estão nos locais e territórios onde vivem. Ellis (2001) aponta o desenvolvimento rural como a combinação de um grupo de ações e práticas com a finalidade de reduzir a pobreza em áreas rurais, e o propósito de estimular um processo de participação que empodera (*empowerment*) os habitantes rurais possibilitando a eles próprios a definição e o controle de suas prioridades para efetivar mudanças.

Outra abordagem de desenvolvimento rural proposta defendida por Ploeg et al. (2000) apud Schneider (2003) é a chamada de teoria empiricamente fundamentada; apresenta vários pontos que se assemelham aos sugeridos por Ellis (2001), enfatizando mais os problemas e o contexto dos países desenvolvidos. Ambos reconhecem a dificuldade de atribuir um sentido teórico à noção de desenvolvimento rural. Ploeg et al. (2000) sugerem que o mes-

⁵Ver também Kageyama (2004).

mo tem origem nos debates e disputas sociais e políticas, sendo necessário reconhecê-lo como um processo de múltiplos níveis assentado na tradição histórica. Estes múltiplos níveis dos novos enfoques do desenvolvimento rural estariam apoiados em seis premissas gerais, todas associadas aos problemas decorrentes do modelo agrícola “produtivista”, que estaria em fase de superação, quais sejam:

“Primeiro, o crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade, fazendo com que esta perceba que o rural pode fornecer muito mais do que alimentos e matérias-primas. Segundo, uma necessidade urgente em definir um novo modelo agrícola, que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural, entre atividades agrícolas e não-agrícolas, entre ecossistemas locais e regionais, permitindo a convivência de iniciativas e atividades diversificadas. Terceiro, um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades atribuindo-se um novo papel aos centros urbanos e à combinação de atividades multiocupacionais com claro estímulo à pluriatividade. Quarto, um modelo que redefina o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais sejam eles os agricultores ou os novos usuários (proprietários de sítios de lazer, moradias secundárias, empresas, condomínios etc.). Quinto, um desenvolvimento rural que leva em conta a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições que não podem ser mais exclusivamente direcionadas à agricultura. Sexto, e último, levar em consideração as múltiplas facetas ambientais buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos” (PLOEG et al., 2000 apud SCHNEIDER, 2003, p. 6).

O desenvolvimento rural seria visto como uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares em decorrência das limitações impostas pela modernização produtivista apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais no sentido de garantir sua reprodução (PLOEG et al., 2000 apud SCHNEIDER, 2003).

Entre os autores brasileiros são duas as contribuições principais acerca da definição de desenvolvimento rural. A primeira é produzida por Veiga (1998) que define o desenvolvimento rural como: *“um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades*

sociais e preservar o meio ambiente” (VEIGA, 1998, p. 11).

Em estudos mais recentes Veiga et al. (2001) enfatizam as dimensões ambientais e territoriais do desenvolvimento rural, considerando - a partir da visão de Amartya Sen (2000) - a perspectiva da expansão das capacidades individuais e melhoria dos funcionamentos, os elementos fundamentais à valorização e ao fortalecimento da agricultura familiar, à diversificação da economia dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e as ações provenientes do Estado, no sentido de viabilizar arranjos institucionais locais como pontos fundamentais para a nova estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

A segunda contribuição é de Navarro (2001) que propõe uma distinção conceitual entre desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural. O desenvolvimento agrícola está associado às condições agropecuárias, no sentido estritamente produtivo, ou seja, a base material da produção agropecuária (área plantada, produtividade, uso do trabalho como fator de produção, tecnologia etc.). O desenvolvimento agrário refere-se às interpretações do “mundo rural” em suas diversas relações com a sociedade, isto é, são analisadas várias dimensões⁶ por meio de estudos macro-sociais e com pouco espaço para os processos micro-sociais ou da vida cotidiana; os estudos procuram a evolução e a dinâmica dos determinantes macro-institucionais. Já o desenvolvimento rural deveria ser entendido no sentido operacional, no seu uso prático e normativo, no sentido de caracterizar estratégias e ações do Estado a fim de alterar e/ou melhorar as condições de vida no meio rural.

2.2 - Desenvolvimento Territorial Rural

A noção territorial tem sido abordada cada vez mais por vários autores, os quais convergem para a compreensão de que os enfoques tradicionais

⁶A dimensão agrícola constitui-se de uma faceta, mas as análises centralizam-se, fundamentalmente, nas instituições, nas políticas do período, nas disputas de classes, nas condições de acesso ao uso da terra e outros.

têm dado lugar a uma série de formulações estratégicas para reenfocar o desenvolvimento rural no combate à pobreza. Essas formulações em geral avançam para uma proposta de enfoque territorial.

Schneider (2003) destaca que a abordagem territorial do desenvolvimento rural: “[...] *pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deve ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Este espaço é construído a partir da ação dos indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Este contexto é entendido como o território. (...), esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nestes espaços encontram-se nele mesmo*” (SCHNEIDER, 2003, p. 7).

Para esse autor, a emergência da abordagem territorial é uma tentativa de síntese para as discussões sobre o desenvolvimento rural, sua origem está em dois processos distintos. O primeiro, refere-se ao esgotamento teórico e prático da abordagem regional, a noção de região como unidade de referência torna-se limitada para se pensar nas ações e nas políticas públicas para a promoção do desenvolvimento rural. O desgaste da noção de região ocorre na metade dos anos de 1970 e se agrava nos anos de 1980, por influência crescente do ideário neoliberal sobrepondo-se às perspectivas keynesianas que estavam em vigor desde o final da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, 1970 e 1980, passam a vigorar e a legitimar novos critérios do que seja desenvolvimento, bem como as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida. Assim, “*a abordagem regional perde seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e torna-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos*” (SCHNEIDER, 2003, p. 9). O território emerge, vinculado à globalização e como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação de políticas públicas.

O segundo fator relevante, para a emergência da abordagem territorial, ainda com base em Schneider (2003), é o crescente questionamento sobre a dinâmica setorial de ramos de atividade econômica, os quais se desenvolveram mais a partir de uma

lógica de escopo do que de escala.

Em estudos recentes Schejtman e Berdegué (2003) analisam as transformações econômicas e o surgimento de perspectivas de análise em processos relacionados ao enfoque territorial. Os autores definem desenvolvimento territorial rural como um processo de transformação produtiva e institucional num determinado espaço rural, com o propósito de reduzir a pobreza rural. Para esses autores, a transformação produtiva tem a função de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território aos mercados dinâmicos. A transformação institucional tem a finalidade de estimular e facilitar a interação e a ordenação dos atores locais entre si, e também dos atores locais e agentes externos relevantes no sentido de criar oportunidades para que a população pobre participe do processo e também possa desfrutar dos benefícios.

A idéia do desenvolvimento rural como desenvolvimento territorial, na proposta de Schejtman e Berdegué (2003), pode ir mais além de uma “*intuição fundamentada*” e chegar a se constituir numa teoria de ações justas para a superação da pobreza rural. Esses autores analisam os antecedentes teóricos do enfoque territorial, as contribuições do desenvolvimento econômico e do espaço, os *clusters*, os novos distritos industriais e o desenvolvimento econômico local, na tentativa de justificar a passagem da noção de desenvolvimento rural para a noção de desenvolvimento territorial rural. Esses extraem sete elementos que devem ser considerados relevantes no novo enfoque de desenvolvimento territorial rural, quais sejam:

- 1) A competitividade determinada pela ampla difusão do progresso técnico e do conhecimento é condição necessária à sobrevivência das unidades produtivas. No entanto, para ser competitivo quando se tem a perspectiva da superação da pobreza; deve-se entender competitividade como capacidade de melhores empregos e auto-empregos, que conduzam a um incremento sustentável de renda e melhoria na qualidade de vida das famílias rurais;
- 2) A inovação tecnológica em processos, produtos e

- gestão é o ponto chave para elevar a produtividade do trabalho e a renda da população rural;
- 3) A competitividade é um fenômeno sistêmico, ou seja, não é um atributo de empresas ou unidades de produção individuais ou isoladas, mas depende das características dos ambientes e dos territórios;
 - 4) A demanda externa ao território é o motor das transformações produtivas, é essencial para incrementar a produtividade e o emprego;
 - 5) Os vínculos urbano-rurais são essenciais ao desenvolvimento das atividades agrícolas e não-agrícolas no interior do território;
 - 6) O desenvolvimento institucional é decisivo para o desenvolvimento territorial. Por ele se dá a relação com o funcionamento de redes de relações sociais de reciprocidade baseada na confiança, nos elementos culturais e na identidade territorial, e nas redes com atores externos ao território. Esses fatores facilitam a aprendizagem coletiva;
 - 7) O território é uma construção, ou seja, um conjunto de relações sociais que dão origem e expressam uma identidade e um sentido de propósitos compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003).

Segundo Abramovay (2000), o programa de pesquisa de maior influência quanto à dimensão territorial do desenvolvimento vem da região localizada no centro-sul da Itália. Outra experiência internacional relevante no uso normativo da abordagem territorial do desenvolvimento rural são os Grupos de Ação Local (GAL) do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural (LEADER), na União Européia.

No Brasil e nos países latino-americanos, como argumenta Schneider (2003, p. 12), *“o estágio destas iniciativas ainda é embrionário”*, e levanta questões relevantes como a conceituação de território. Abramovay (2000) entende que o território além de ser a base física para as relações entre indivíduos e empresas, tem um tecido social, ou seja, uma organização complexa constituída de laços que vão além dos atributos (recursos naturais, custos de transportes e comunicações) do lugar. O mesmo autor enfatiza que *“um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades*

que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2000, p. 8). Afirma, que os territórios são lugares de interação entre sociedades humanas e ecossistemas, ou seja, a maneira como uma determinada sociedade se organiza e se relaciona com a natureza.

Ainda o mesmo autor conclui, que a dimensão territorial do desenvolvimento vai além de apontar vantagens e obstáculos geográficos de localização. Estuda a montagem de *“redes”* e *“convenções”*, ou seja, as ações cooperativas realizadas por instituições na conquista de bens públicos (saúde, educação e informação) que enriquecem o tecido social de uma localidade.

Considerando-se a valorização do local e de seus atores sociais na busca pela sustentabilidade ambiental e a redução da pobreza rural entende-se o território como uma nova unidade de referência, que converge para o desenvolvimento territorial rural. Como se refere Boisier (1999), é a *“capacidade de organização social”* que se constitui num elemento multidimensional de caráter principalmente institucional, social e cultural, que dá origem a uma rede e, de certo modo, ao funcionamento dessa mesma rede.

2.3 - As Redes de Desenvolvimento Rural

As redes representam uma forma nova de organização geográfica das sociedades com o desenvolvimento de técnicas e do mercado, uma vez que é a rede *“a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado”* (MOREIRA, 1997, p. 2).

Para Haesbaert (2002, p. 132), a rede pode ser vista *“como um elemento fundamental constituinte do território”*, e a estrutura social em rede pode atuar *“como um elemento fortalecedor do território”*.

Murdoch (2000), em seus recentes estudos, analisa as redes em um nível intermediário. Segundo ele, é neste nível que se encontram as redes diretamente ligadas à agricultura e outros setores socioeconômicos dos territórios rurais, definindo alguns padrões de articulação dos atores locais e não-locais

no processo de desenvolvimento.

Esse nível intermediário de redes possibilitaria a construção de estratégias alternativas de desenvolvimento rural e facilitaria a sua interpretação. Murdoch (2000) identifica dois principais conjuntos de redes interagindo no meio rural: as redes verticais e as redes horizontais de desenvolvimento rural. O termo **rede vertical** está associado à idéia de desenvolvimento setorial, e diz respeito à forma pela qual a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias-primas. Por outro lado, as redes horizontais de desenvolvimento rural estão associadas à idéia de desenvolvimento territorial, e expressam a forma de incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que estão inseridas nas economias locais, regionais e urbanas.

Para Mior (2005), as redes verticais foram tradicionalmente analisadas setorialmente, partindo-se da abordagem das cadeias de *commodities* e, recentemente, também por meio da teoria do ator-rede⁷. As redes horizontais têm sido abordadas, num recorte territorial, a partir da noção de redes sociais de inovação e de aprendizagem. Fundamentam-se, pois, na valorização do produtor familiar e sua estratégia de produção de alimentos com qualidade; diferentemente das redes verticais, que, por sua vez, atribuem outro valor ao produtor familiar, e se constituem na integração do produtor com as grandes agroindústrias, as quais determinam quando e quanto produzir do produto integrado. Há um distanciamento do produtor com o mercado, o mesmo não realiza a compra de insumos e, também, não comercializa seus produtos, a própria agroindústria é que realiza as transações. A rede horizontal, ao contrário, permite ao produtor organizar sua produção, o acesso à rede de produção de insumos e à rede de comercialização. Neste caso, portanto, o produtor tem um alto grau de autonomia na decisão e controle da produção e comercialização de seus produtos.

⁷A teoria do ator-rede foi formulada no final da década de 1970 por pesquisadores de sociologia da ciência da inovação. Atualmente, está sendo usada em estudos de várias áreas e temáticas. O seu conceito envolve associações heterogêneas e os mecanismos de sua transformação ou consolidação (MIOR, 2005).

A abordagem de redes é útil, - como afirma Murdoch (2000), - pois ela possibilita o envolvimento de questões de desenvolvimento, que são internas às áreas rurais, aos problemas e oportunidades que são externos ao meio rural mantendo uma mesma estrutura de referência.

Mior (2005) ressalta que as estratégias de desenvolvimento rural partem das atividades agrícolas e não-agrícolas. A hipótese que sustenta essa análise é de que as regiões que alcançam prosperidade, ou seja, as regiões dinâmicas são as que incorporaram de forma inovativa elementos naturais e sociais nas novas estratégias de desenvolvimento econômico.

Segundo Abramovay (2000), as regiões dinâmicas incorporam uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não-agrícolas. O fenômeno da proximidade social viabiliza a coordenação entre os atores capazes de converter o ambiente em que atuam em base para empreendimentos inovadores.

Tanto as regiões como as cidades são locais onde se configuram densas redes de relações. A rede urbana, como entende Corrêa (1989), se constitui num conjunto de centros funcionalmente articulados, "*reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão socioespacial da sociedade*" (CORRÊA, 1989, p. 8). A rede urbana é considerada, também, por esse autor, uma forma espacial onde se realizam as funções urbanas, dentre elas a comercialização de produtos rurais. A rede urbana pode ser um elemento dinamizador das redes rurais horizontais, pois estabelece conexões via o mercado local. Isso não é necessariamente verdadeiro para as redes verticais.

Nas seções a seguir é descrita e analisada a pesquisa empírica, aplicando os conceitos apresentados e discutidos nesta seção.

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é parte de pesquisa realizada em 40 unidades familiares de produção (pequenas propriedades rurais), que tem entre as alternativas eco-

nômicas desenvolvidas nas propriedades, a agroindústria familiar rural, na área de ação do Instituto Emater da Regional de Cascavel, situada na mesorregião oeste do Paraná, composta por 30 municípios. O trabalho focaliza, no entanto, alguns municípios como: Corbélia, Matelândia, Missal, Nova Aurora, Vera Cruz do Oeste e Sede Alvorada, Distrito de Cascavel, em que os produtores familiares estão organizados em associações e realizam parte das vendas de seus produtos em centros de comercialização.

Nesse local, há uma grande diversidade de produtos elaborados ou transformados pelas agroindústrias familiares, como: derivados de trigo, embutidos de carne suína e bovina, defumados, derivados de leite, geléias, doces, derivados de cana-de-açúcar, mel, leite, temperos, sal temperado, ervamate, chá, vinho e vinagre, sucos congelados, peixes, entre outros produtos.

A pesquisa assume, de certa forma, um caráter exploratório devido à escassez de estudos nessa linha, motivo pelo qual se propõe a esse viés, tendo como base a percepção dos produtores familiares sobre a prática agroindustrial e a participação dos mesmos na rede horizontal de desenvolvimento rural.

Dentro das associações⁸ há produtores que avançaram no processo, já possuem agroindústrias instaladas e legalizadas. Os produtos também atendem às normas da legislação sanitária, tributária e ambiental. O Programa Estadual da Agroindústria Familiar/Fábrica do Agricultor vêm apoiando e implementando as demandas dos agricultores organizados, desenvolvendo ações no sentido de propor adaptações e/ou disponibilizar orientações e/ou criar facilidades referentes às legislações.

Para a coleta de dados foi aplicado questionário/entrevista, nos meses de agosto e setembro de 2006, nos centros de comercialização, em cada um dos municípios mencionados. Foram aplicadas questões previamente estruturadas. Os dados secundá-

rios foram obtidos mediante informações fornecidas pelo Instituto Emater, Regional de Cascavel; pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e consulta da literatura sobre o tema.

4 - ESTUDO EMPÍRICO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

A amostra pesquisada é de famílias pluriativas, ou seja, famílias que residem no meio rural e desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro ou fora da propriedade. Convém ressaltar que as atividades realizadas pelas famílias sugerem a necessidade de equilibrar a alocação do trabalho entre a agropecuária e a atividade de agroindustrialização, tanto que - na quase totalidade das propriedades pesquisadas - observam-se membros da família desempenhando as duas atividades.

Das 40 unidades de produção familiares pesquisadas, a média de residentes é de, aproximadamente, quatro pessoas por propriedade. O número total de residentes nessas propriedades é de 152 pessoas, entre crianças, jovens e adultos. Desse total, 114 fazem parte da PEA ocupada rural.

Os residentes que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas (agroindústria familiar) na propriedade representam 70,2%, destes, 34,2% dedicam-se exclusivamente à atividade não-agrícola na propriedade, ou seja, na agroindústria familiar e 36% - além de trabalhar na agroindústria - também desempenham atividades agrícolas na propriedade (Tabela 1). A atividade agrícola é desenvolvida por 54,4% dos residentes, sendo que 15,8% se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas e 11,4% estão ocupados em atividades não-agrícolas fora da propriedade como: autônomo (marceneiro, caminhoneiro e trabalhador doméstico), funcionário público municipal (policial, professor e servidor), comércio e indústria, desses 6,1% possuem carteira assinada.

A escolaridade é o maior potencial de capital humano que se converte em gerenciamento, inovações de processos e de novas técnicas produtivas. Apesar da predominância de baixa escolaridade

⁸As associações são compostas por agricultores familiares, os quais produzem matéria-prima e a transformam, abrangendo desde processos simples até os mais complexos, visando agregação de valor e participação dos agricultores no processo produtivo e no mercado.

nessas unidades de produção familiar, percebe-se uma tendência de melhora no nível de escolaridade dos residentes. Isso fica evidente tanto em relação aos titulares que estão buscando formação superior (mesmo sendo um número muito reduzido), sobretudo em relação à formação educacional de seus filhos. Dois membros se declararam analfabetos, um homem e uma mulher, portanto 1,8% dos residentes; 63,2% possuem, ou estão cursando, o ensino fundamental; 28,1% possuem ou estão cursando o ensino médio; 6,1% dos residentes possuem ou estão cursando o ensino superior e 0,9% tem pós-graduação.

A renda do produtor familiar é oriunda de atividades agrícolas, atividades não-agrícolas⁹ e da aposentadoria rural. Do total dos residentes nas propriedades que fazem parte da PEA ocupada rural, apenas 7,9% possuem renda fixa¹⁰, 74,6% dos membros vivem com renda variável e 17,5% dos membros recebem aposentadoria.

Ao analisar a renda bruta anual das 40 propriedades percebe-se uma diversidade de renda entre as unidades de produção familiares e grupos de área. A maioria das propriedades, ou seja, 13 delas, que representa 32,5% do total da amostra, estão na faixa de renda de R\$8.000 a R\$15.000 a.a. Essas propriedades estão distribuídas nos seguintes grupos de área: 30,8% até 10ha, 61,5%, de 11 a 20ha e 7,7% de 21 a 40ha. Das propriedades de maior renda anual bruta, mais de R\$27.000 a.a. são nove propriedades, que correspondem a 22,5% do total da amostra. Nesta faixa de renda encontram-se todos os grupos de área, com maior concentração nos grupos de 11 a 20ha e 21 a 40ha, correspondendo a 33,3% em cada grupo. Na faixa de renda de R\$3.000 a R\$8.000 a.a. encontram-se oito propriedades, totalizando 20% do total da amostra. Nesta faixa de renda a maior concentração é de pequenas propriedades, ou seja, 75% dessas unidades produtivas estão no grupo de área até 10ha. Outras sete propriedades, que re-

presentam 17,5% estão na faixa de R\$15.000 a 27.000 a.a. Nesta faixa de renda, também a maior concentração é de pequenas propriedades, com 42,9% no grupo de área de até 10ha. Na faixa de até R\$3.000,00 a.a. encontram-se duas propriedades com áreas entre 11 a 20ha (Tabela 2). Uma delas cultiva o fumo, e está integrada a agroindústria convencional, a outra é arrendatária de terra. Uma propriedade encontra-se com renda negativa ou nula, e é uma das maiores propriedades com 43,3 ha. Nesta unidade de produção desenvolve-se a atividade de apicultura e são cultivadas as culturas de soja e milho. Essas três últimas propriedades passam por situações particulares que estão influenciando diretamente na expressiva queda da renda, como, por exemplo, titular da unidade de produção com doença grave e impossibilitado de trabalhar; a outra situação é de dívidas contraídas devido à quebra nas últimas safras, causadas pelo longo período de seca, principalmente, nas safras de 2004, 2005 e 2006 o que ocasionou a venda de terra para saldar dívidas.

A situação do agricultor em relação à posse da terra constitui sua identidade e a forma de organização da produção, definindo, assim, estratégias de sobrevivência e de reprodução socioeconômica. A maioria dos entrevistados, ou seja, 82,5% são proprietários da terra; 7,5% cultivam a terra no sistema de comodato; 7,5% são arrendatários e 2,5% posseiros.

A forma de aquisição da propriedade é relativamente diversa. Entre os agricultores entrevistados, 67,5% deles adquiriram terra por meio da compra, 22,5% deles receberam a terra de herança, 7,5% arrendam terra para plantar (não possuem terra própria) e 2,5% possuem terra por meio da posse.

Não se observou uma tendência de expansão das propriedades rurais pesquisadas. Nos últimos cinco anos, somente 5% dos agricultores pesquisados conseguiram aumentar o tamanho de sua propriedade, com tamanhos de áreas incorporadas relativamente pequenos, e 80% continuaram com a mesma quantidade de terra. Os que venderam parte de sua propriedade rural se situam em 7,5%. Esse contexto parece confirmar a dificuldade relatada pelos entrevistados, em aumentar seu patrimônio fundiário devido às

⁹As atividades não-agrícolas referem-se a atividades da agroindústria familiar rural, prestação de serviços dentro e fora da propriedade e turismo rural.

¹⁰A renda fixa refere-se a renda oriunda de atividades não-agrícolas assalariadas fora da propriedade.

Tabela 1 – Ocupação dos Residentes das Propriedades Familiares Rurais Pesquisadas, Oeste do Paraná

Atividade não-agrícola	Atividade agrícola		Total
	Propriedade	Sem atividade agrícola	
Propriedade	41 36,0%	39 34,2%	80 70,2%
Fora da propriedade	3 2,6%	13 11,4	16 14,0%
Sem atividade não-agrícola	18 15,8%		18 15,8%
Total	62 54,4%	52 45,6%	114 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2 – Renda Bruta anual e Tamanho das Propriedades Rurais Pesquisadas, Oeste do Paraná

Renda bruta anual da propriedade (em R\$)	Tamanho da propriedade em hectares					Total
	Até 10ha	11 a 20ha	21 a 40ha	41 a 60ha	61 a 80ha	
Negativa ou nula				1 2,5%		1 2,5%
0 a 3.000		2 5,0%				2 5,0%
Mais de 3.000 a 8.000	6 15,0%		2 5,0%			8 20,0%
Mais de 8.000 a 15.000	4 10,0%	8 20,0%	1 2,5%			13 32,5%
Mais de 15.000 a 27.000	3 7,5%	2 5,0%	1 2,5%		1 2,5%	7 17,5%
Mais de 27.000	1 2,5%	3 7,5%	3 7,5%	1 2,5%	1 2,5%	9 22,5%
Total	14 35,0%	15 37,5%	7 17,5%	2 5,0%	2 5,0%	40 100%

Fonte: Dados da pesquisa.

“quebras” de safras agrícolas nos últimos anos, alguns endividados optaram por vender parte de sua propriedade na tentativa de saldar dívidas.

A região em estudo é constituída por propriedades com pequenas áreas de terra, sendo que 72,5% destas propriedades são compostas por até 20 ha o que equivale 8,3 alqueires (medida paulista).

Das propriedades pesquisadas, 100% delas diversificam a produção, tanto para subsistência, como para comercialização. Dos produtos agropecuários produzidos para comercialização muitos são utilizados como matéria-prima para a agroindústria familiar, e transformados em novos produtos de origem animal ou vegetal. Outros são destinados às agroindústrias convencionais e cooperativas da região das quais os produtores são integrados e/ou associados.

O produto mais cultivado pelos agricultores

é o milho - 72,5% das propriedades, representando 29 unidades de produção estudadas. A soja é o segundo produto mais cultivado: em 47,5% das propriedades, o que representa 19 das 40 unidades produtivas. E a mandioca vem em terceiro: produzida em 32,5%, ou seja, em 13 propriedades. O produtor agrega valor ao produto, descascando e embalando a mandioca, comercializada principalmente para supermercados e restaurantes, sendo que essa atividade se enquadra como processamento mínimo.

O cultivo do milho está incorporado na cultura dos produtores; o clima e o solo favorecem essa cultura e é viável em pequenas propriedades. Já a soja, que era cultivada em praticamente todas as propriedades, atualmente, tornou-se inviável ao pequeno produtor, que vem abandonando progressivamente essa cultura, devido às grandes perdas

nas últimas safras. A utilização da propriedade para o cultivo de outras culturas vem se intensificando, bem como a criação de animais, por exemplo, o gado leiteiro. Outros produtos são produzidos nas propriedades, como: amendoim, arroz, aveia, aves, batata doce, cabritos, café, cana-de-açúcar, feijão, frutas, fumo, hortaliças, leite, linhaça, mel, ovos, peixes, produtos orgânicos, própolis, suínos e trigo.

4.1 - Caracterização da Produção da Agroindústria Familiar

A agroindústria familiar rural é definida por Mior (2005, p. 191), como *“uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”*.

Da amostra pesquisada, 80% dos responsáveis por agroindústrias responderam que o conhecimento para iniciar a atividade de transformação de alimentos foi oriundo da própria família, o que vem confirmar a tradição das famílias na transformação desses produtos. Uma família iniciara a atividade – produção de mel e própolis - em 1946, - há 60 anos. Outra dera início à produção de açúcar mascavo, melado e rapadura, há 50 anos, em 1956.

Até o ano de 1995, 35% das famílias estudadas já haviam iniciado o processo de agroindustrialização de produtos alimentares em suas propriedades. Em 1996, ano de implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), houve a implantação de 25% das agroindústrias estudadas.

Das 40 agroindústrias pesquisadas, apenas cinco, representando 12,5% delas, iniciaram suas atividades enquadradas nas exigências da vigilância sanitária (de 2000 a 2006), com legalização dos produtos e adequação da estrutura funcional da agroindústria. As demais iniciaram a atividade artesanalmente em locais improvisados, geralmente na cozinha da residência. Essas agroindústrias familiares enquadraram-se nas exigências da vigilância sanitá-

ria, em média, 10 anos após iniciarem as atividades. Até então, são vistas como clandestinas, por não possuírem serviços de inspeção (vigilância sanitária, SIM, SIE e SIF)¹¹ e legalidade fiscal e ambiental dos produtos transformados, os quais eram comercializados em vendas ambulantes e em feiras livres.

A necessidade de diversificar a renda da propriedade familiar é reconhecida por todos os produtores entrevistados, porém a decisão em implantar uma agroindústria familiar esbarra em uma grande dificuldade: a falta de recursos financeiros. Das 40 agroindústrias pesquisadas, 65% dos entrevistados atribuíram à falta de recursos e o alto custo para a instalação e manutenção de uma agroindústria (principalmente derivados de animais), os demais 35% encontram outras dificuldades como: enquadramento na vigilância sanitária; manutenção da qualidade do produto; produção em pequena escala; falta de maquinários e equipamentos adequados às pequenas agroindústrias; alto custo da embalagem e falta de matéria-prima para o ano todo.

Dados da pesquisa revelaram que 144 pessoas dependem diretamente das 40 agroindústrias selecionadas. Desse total, 120 é mão-de-obra familiar; 23 são contratados temporários e 01 é permanente. É importante ressaltar a forte presença feminina na mão-de-obra da atividade agroindustrial familiar que representa 61%, enquanto que a masculina é de 39%, incidindo, principalmente, em agroindústrias que produzem cachaça, açúcar mascavo e melado.

A mulher agricultora iniciou 21 agroindústrias, representando 52,5% do total das 40 pesquisadas. As agroindústrias são administradas por mulheres em 50% dos casos. Em 22,5% delas, o casal administra; 12,5% é administrada pelo marido; em 10% dos casos, um dos filhos administra e 5% (duas agroindústrias no sistema associativista) são administradas por diretoria de associação.

¹¹Serviço de Inspeção Municipal (SIM): são registrados nesse serviço os estabelecimentos que comercializam produtos dentro do município. Serviço de Inspeção Estadual (SIE): nesse serviço são registrados os estabelecimentos que comercializam produtos para outro município; Serviço de Inspeção Federal (SIF): registram-se nesse serviço os estabelecimentos que comercializam produtos entre estados e/ou para exportação.

A matéria-prima utilizada nas agroindústrias é produzida em média 61,25% nas propriedades, os 38,75% restantes são adquiridos de produtores da região (vizinhos, amigos, parentes e outros produtores), no mercado local, no Ceasa e no Estado de Santa Catarina, o que possibilita a dinamização de outras propriedades e outros mercados.

A matéria-prima é transformada nas agroindústrias familiares, nos seguintes produtos: chás, derivados de suínos (embutidos, banha, torresmo, defumados e leitão recheado), hortaliças embaladas, produtos orgânicos (hortaliças, frutas, soja, milho), frango semicaipira em pedaços, frutas, tomate seco, panificados (bolachas, bolos, pães, cucas, salgados), derivados de cana-de-açúcar (açúcar mascavo, melado, rapadura, cachaça), derivados de amendoim (pé-de-moleque, paçoca), derivados de leite (queijo, requeijão, manteiga, nata), licores, massas (agnoline, macarrão, tortéi), sal temperado, conservas de hortaliças, compotas, doces (geléias e chimias), mel, própolis, pamonha, vinho, vinagre, sucos e sabão de álcool.

Das 40 unidades de produção pesquisadas, em 95% dos casos houve elevação da renda, somente 5% (duas unidades) a renda melhorou pouco, ou seja, o aumento da renda foi pouco expressivo.

A assistência técnica voltada à qualidade na segurança do alimento é um fator de extrema importância, segundo os entrevistados, porém 62,5% (25 agroindústrias pesquisadas) dizem ter tido esse serviço, já 37,5% (15 agroindústrias) disseram nunca terem recebido assistência técnica.

A assistência técnica é prestada às agroindústrias por meio de técnicos principalmente do Instituto Emater e de associações que possuem técnico(s) próprio(s) como é o caso da Coopercaçaça que realiza análise da produção.

O Estado do Paraná - por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - instituiu, em 1999, o programa que denominou Fábrica do Agricultor. A função do programa seria articular parcerias entre órgãos e empresas governamentais, universidades, entidades representativas dos agricultores familiares, ONG's e agentes financeiros, com o objetivo de assessorar o agricultor familiar paranaense nos com-

ponentes de tecnologia, incentivos, *marketing* e *design*, mercado e comercialização, ou seja, oferecer suporte estratégico para a legalização sanitária, ambiental e jurídico-fiscal.

Das 40 agroindústrias familiares rurais pesquisadas 60%, ou seja, 24 delas estão vinculadas ao Programa Fábrica do Agricultor. O enquadramento da atividade agroindustrial nas normas sanitária, tributária e ambiental - resultando na legalização dos produtos e na adequação da estrutura física da agroindústria - 78% dos casos foi viabilizado parcialmente, por recursos do Paraná 12 Meses¹²; Pronaf Agroindústria; Agência de Fomento; Banco do Brasil e fundos municipais, tendo apoio técnico do Instituto Emater. Os outros 22% disponibilizaram 100% de recursos próprios para a implantação da agroindústria.

Apesar do apoio do programa ao produtor, 40% deles não estão vinculados a esta política pública, alguns por acharem uma medida burocrática e com custo relativamente alto; outros, por desconhecimento do programa.

4.2 - As Redes Verticais de Produção e a Estratégia de Desenvolvimento Rural nas Redes Horizontais

Atualmente, há várias iniciativas que buscam dar respostas aos desafios de promover mudanças nos padrões de agroindustrialização e de desenvolvimento rural. Nas redes verticais de produção o agricultor familiar se insere estrategicamente nas cadeias agroindustriais, desde a década de 1970, e alguns permanecem nesse sistema contratual de integração com cooperativas e agroindústrias convencionais até os dias de hoje. Os produtores familiares, também, utilizam-se das redes horizontais como estratégia de desenvolvimento rural ao operarem com autonomia na produção da matéria-prima, transfor-

¹²A partir de dezembro de 1997, o Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial implementou o Projeto Paraná 12 Meses, o qual agregou todo o território paranaense, com objetivo de reduzir a situação de pobreza no meio rural e fomentar o manejo e conservação dos recursos naturais. Nesse projeto foram investidos US\$353 milhões, dos quais 50% foram financiados pelo Banco Mundial (SEAB, 2006).

mação e comercialização de seus produtos, com a percepção de que o produto colonial é um produto diferenciado no mercado, um produto natural.

Dos 40 produtores pesquisados, 60%, ou seja, 24 estão vinculados às redes verticais, destes, 13 produtores são associados e possuem o vínculo somente para negociar suas safras de trigo, milho, soja e adquirir insumos para a lavoura por meio das cooperativas. Os demais 11 produtores estão integrados às agroindústrias convencionais e cooperativas, os quais produzem leite, suínos, aves e fumo. Dos 40% dos produtores não vinculados à rede vertical, 30% já foram integrados à agroindústria convencional e 10% nunca foram integrados.

A experiência com a integração trouxe aspectos positivos e negativos aos produtores familiares. Positivamente, a integradora é um agente de difusão tecnológica e o produtor adquiriu conhecimentos dos princípios básicos de gestão da unidade de produção agropecuária, por meio dos controles exigidos pela agroindústria convencional, não somente nas anotações de gastos e receitas, mas principalmente em termos de qualidade da produção. Os produtores pesquisados afirmam ter adquirido esses conhecimentos por cursos realizados pela integradora, atribuem também o aprendizado, à eficiência da assistência técnica prestada por ela.

Além da baixa remuneração que o produtor recebe pelo produto integrado, segundo os depoimentos, outro ponto negativo fica por conta da restrição para alcançar outros mercados de insumos, mercado consumidor, conhecimento e tecnologia para a reinserção econômica e social do produtor após o possível rompimento com a agroindústria convencional. Isso porque é esta que realiza todas as transações com o mercado, fornecendo ao integrado os insumos, a tecnologia, além de articular a comercialização do produto acabado. O integrado é apenas o fornecedor de matéria-prima para a agroindústria.

A decisão da família para a construção de sua própria agroindústria está baseada numa alternativa de renda com maior retorno monetário. Os aspectos negativos da experiência com a integração foram determinantes para a tomada de decisão pela

construção da agroindústria familiar. O posicionamento decisivo foi da mulher agricultora, pois a mesma já processava alimentos que eram vendidos de porta em porta e em feiras livres, porém, sem inspeção sanitária e ambiental. Outro ponto fundamental, segundo as famílias pesquisadas, foi o apoio recebido por técnicos do Instituto Emater, de como proceder para consolidar a decisão de implantação e legalização da agroindústria.

Nesta direção, segundo a argumentação de Mior (2005), o produtor familiar busca revalorizar sua matéria-prima como um dos componentes fundamentais de sua estratégia de reinserção econômica e social. Ele deixa de ser o produtor de matéria-prima transformada em insumo industrial, ou produtor especializado vinculado a mercados distantes, para se tornar um pequeno empreendedor.

Porém, o agricultor familiar encontra dificuldade em se organizar para legalizar seu empreendimento e colocar seus produtos no mercado regional, nacional e também para exportação. O desempenho dos elementos institucionais, sem dúvida, é determinante nesse processo.

Indagados a respeito da possibilidade de o produtor familiar poder, por si só, conseguir enquadrar seus produtos às exigências dos consumidores e torná-los competitivos no mercado, 52,5% dos representantes das unidades agroindustriais desta pesquisa responderam que não, enfaticamente. Isso revela o alto grau de dependência dos elementos institucionais, principalmente porque mais 20% responderam que conseguem colocar seus produtos no mercado, porém mediados por alguma condição como, por exemplo, apoio de órgãos como o Instituto Emater, Sebrae e das próprias associações ou cooperativas dos pequenos produtores. Apenas 25% dos produtores responderam sim, são os que não encontram nenhuma dificuldade em colocar seus produtos no mercado.

A emergência de novos atores regionais, ligados à agricultura familiar, estaria costurando novas redes de desenvolvimento rural na região. Estes novos atores - como as associações dos produtores familiares rurais nos municípios, Associação de Api-

cultores do oeste do Paraná, a Cooperativa das Agroindústrias Familiares do oeste do Paraná (Cooperafa), Cooperativa dos Produtores de Cachaça do oeste do Paraná (Coopercachaça), Fórum Oeste de Entidades, e outros agentes importantes como o Instituto Emater, as prefeituras municipais e o Sebrae, entre outros, buscam a cooperação e a construção de uma rede de relações com engajamento das entidades públicas, e iniciativas privadas urbanas. Os próprios centros de comercialização administrados pela associação dos produtores familiares de cada município são espaços de sociabilização e articulação dessas redes horizontais.

A interação social do contexto rural com o urbano sugerida por essa rede de relações propicia a que os produtores rurais tenham um maior acesso ao mercado para colocação de seus produtos. Há que se considerar ainda, que a região possui uma vasta rede de cidades, o que possibilita maior inserção dos produtos nos comércios locais como: hotéis, supermercados, mercearias, panificadoras, restaurantes e lanchonetes.

Nesse sentido, evidencia-se na região pesquisada, a formação de redes horizontais de desenvolvimento rural, possibilitadas pela existência de capital social, que se configura na cooperação entre as famílias rurais, bem como nas estratégias compartilhadas por elas em conjunto com todos os agentes e elementos que constituem o território.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroindustrialização da produção rural não representa uma novidade para o produtor familiar, muito menos para a mulher agricultora, pois ela já transformava alimentos, cujo conhecimento foi passado por meio da tradição familiar, essa prática faz parte da cultura dos agricultores e da própria história da agricultura familiar. Essa atividade para a amostra de produtores analisados representou uma proporção importante na renda das famílias, em muitos casos, passou a ser a atividade principal da propriedade.

Muitos dos produtores rurais analisados pertenceram ou ainda fazem parte das redes verticais de produção. Essa situação constituiu pontos positivos, pois tiveram oportunidades de articular um nível organizacional superior aos produtores que não interagiram. Por outro lado, esses produtores revelaram a necessidade de ampliar as atividades da propriedade rural, visto que essa exclusividade de produção de matéria-prima para as redes verticais não viabilizaram sustentabilidade financeira desejada, de tal ordem que passaram a processar a produção rural (processamento mínimo à agroindustrialização). Como contraponto, surgiram novas formas de inserção no mercado, que se constituem nas ações conjuntas de diversos atores sociais formando as redes horizontais.

As redes horizontais nos municípios pesquisados ainda são incipientes, em vias de construção, mas com grande possibilidade de progressão, visto que os produtores rurais envolvidos nas atividades da agroindústria rural estão muito próximos culturalmente. Grande parte da mesorregião oeste do Paraná teve a sua ocupação recente e oriunda da migração do Rio Grande do Sul, propiciando condições de interação e a construção de ações coletivas de estratégia de desenvolvimento rural, como as redes horizontais de produção e comercialização da agroindústria familiar, tornando mais visível os aspectos relacionados à competitividade sistêmica e a inovação tecnológica de processos, produtos e gestão; e o desenvolvimento institucional em relação à demanda e aos atores externos ao território.

O estado teve importante participação nas esferas federal, estadual e municipal, por meio do financiamento das atividades produtivas, com o Pronaf; na oferta de assistência técnica, através da Emater; e na construção dos centros de comercialização, respectivamente. No entanto, apesar da atuação do estado, as famílias pesquisadas manifestaram a necessidade de ampliar a disponibilidade de recursos financeiros, tecnológicos e gerenciais.

O processo de agroindustrialização da produção familiar não representa a solução para todos os

problemas e necessidades das famílias no meio rural. Mas deve ser entendido como uma alternativa de um conjunto de ações articuladas, entre os atores sociais, organizações públicas e privadas e o território na busca da consolidação de redes horizontais de desenvolvimento rural.

O estudo realizado tem um caráter exploratório e as análises apresentadas neste trabalho podem ser aprofundadas em vários aspectos em outras pesquisas. No entanto, acredita-se ter contribuído para uma maior compreensão do processo de implantação das agroindústrias familiares rurais na região oeste do Paraná e de formação das redes horizontais de desenvolvimento.

LITERATURA CITADA

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul. UNISC. v. 4, n. 1, p. 61-78, jan./abr. 1999.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. Editora Ática, São Paulo, 1989.
- ELLIS, F.; BIGGS, S. La evolución de los temas relacionados ao desarrollo rural: desde la década de los años '50 al 2000. *Organizações Rurais*. Lavras, v. 7, n. 1, p. 60-69, 2005.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- FEL, J. C. H.; RANIS, G. **Development of the labour surplus economy: theory and policy**. New Haven: Yale University, 1964.
- FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*. Londres, n. 6(4), p. 361-373, 1990.
- FURTADO, C. **Análise do Modelo do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP-IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco. In: KILSZTAJN, S. e DOWBOR, L. **Economia social**. São Paulo, Laboratório de Economia Social da PUC-SP, 2000.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. *Manchester School*, Oxford, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.
- MOREIRA, R. Da região a rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Ciência Geográfica: Ensino, Pesquisa e Método**, Bauru, n. 6, p. 01-11, abr. 1997.
- MURDOCH, J. Networks: a new paradigm of rural development? *Journal of Rural Studies*, Cardiff, UK, n. 16, p. 407-419, 2000.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.
- PLOEG, J. D. van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.
- SACCO DOS ANJOS, F. Pluratividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, n.17, p. 55-77, out. 2001.
- SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago do Chile: RIMISP, 2003.
- SCHNEIDER, S. Desenvolvimento rural regional e articulações extra regionais. In: FÓRUM INTERNACIONAL, 2003, Fortaleza, p. 1-21.
- SEAB. **Agroindústria familiar: fábrica do agricultor**. Disponível em: <<http://fabricadoagricultor.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudoph?conteudo=4>>. Acesso em: dez. 2006.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto**. Texto para CONTAG, 1998. 55 p.
- _____. **A face rural do desenvolvimento**. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, 2000.
- _____. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001.

Recebido em 26/06/2007. Liberado para publicação em 15/01/2008.